



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680317 - SP (2021/0220137-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MARIA CECÍLIA REMOLI DE SOUZA LOPES - SP108711
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RENATO RAMIRO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RENATO RAMIRO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0001148-95.2021.8.26.0071).

O paciente "*está preso desde o dia 27/07/2013, cumprindo pena privativa de liberdade pela prática de crimes de furto (execuções nº 05 e 06). E, em razão do integral cumprimento que, segundo os cálculos de pena, se deu em 26/05/2018 (fls. 23), a reprimenda corporal acabou extinta em decisão datada de 08/01/2019 (fls. 20)*" (e-STJ fl. 11).

No entanto, dia 28/03/2018, "*enquanto cumpria pena no processo que deu origem à execução nº 6, tornou a delinquir e acabou condenado pela prática do crime de roubo, desta vez ao cumprimento da pena de 7 anos e 11 meses de reclusão (processo nº 0026802-55.2018.8.26.0050, execução 7), com trânsito em julgado para a Defesa em 11/12/2019*" (e-STJ fl. 11).

Formulado pedido de benefícios na execução da pena, consta que o paciente teve deferida a progressão ao regime semiaberto, mas indeferido o pleito de unificação das penas extintas pelo cumprimento e concessão do livramento condicional, sob o fundamento de ausência do requisito objetivo.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução perante a Corte Estadual, que negou provimento ao recurso, mantendo a decisão agravada.

O impetrante sustenta que o paciente faria jus a retificação do cálculo de penas, pela unificação das reprimendas impostas nas execuções nº 05, 06, 07 e 08 dos autos físicos nº 559.545, aduzindo que a base para cômputo do benefício deve considerar a soma de todas as condenações que lhe foram impostas, adotando-se como termo inicial a data da primeira prisão, ou seja dia 27/07/2013 (e-STJ fl. 5).

Defende não ser necessário "*que o sentenciado primeiro cumpra pena por longo período no regime semiaberto para depois pleitear o livramento condicional, haja vista que não há previsão legal para tal exigência*" (e-STJ fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, seja cassado o acórdão impetrado, para ser deferida a retificação de cálculo, nos termos da fundamentação do presente *writ*, com o reconhecimento do benefício do livramento condicional ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão impugnada está devidamente fundamentada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência